



COMUNICADO – TRÂNSITO EM JULGADO DA DECISÃO QUE REJEITOU A MAJORAÇÃO DO ISS FIXO

Prezados(as) associados(as),

O município de São Paulo editou, em 2021, a Lei 17.719/21, que impôs a progressividade do ISS fixo das sociedades profissionais, contrariando o Decreto-Lei 406/68.

Diante dessa ilegalidade, CESA, OAB/SP e SINSÁ impetraram mandado de segurança coletivo para garantir a manutenção do regime anterior (Processo nº 1005773-78.2022.8.26.0053).

Após três anos de disputa judicial, o Supremo Tribunal Federal rejeitou todos os recursos interpostos pelo município e certificou o trânsito em julgado da decisão favorável às sociedades de advogados, afastando em definitivo a aplicação da Lei 17.719/21.

Com isso, as associadas que vinham depositando o ISS judicialmente poderão requerer a devolução dos valores. As entidades seguirão monitorando o cumprimento da decisão.

As entidades signatárias reafirmam seu compromisso na defesa das sociedades de advogados contra exigências que sejam contrárias a preceitos constitucionais.

São Paulo,
07 de março de 2025.

GUSTAVO BRIGAGÃO
Presidente do CESA

LEONARDO SICA
Presidente da OAB/SP

GISELA DA SILVA FREIRE

Presidente do SINSÁ